

mobile

REVISTA

Forum

outro mundo em debate

Semanal | 19.6.2026

POLÍCIA
FEDERAL

PFLIVRE COM LULA

OMplay
outro mundo em debate

**A PLATAFORMA
PROGRESSISTA**

**AMPLIE SEU
CONHECIMENTO
E ESTEJA PRONTO
PARA OS DESAFIOS
DO SÉCULO 21**



**ESCOLHA O
PLANO IDEAL
PRA VOCÊ!**

CLIQUE E CONHEÇA

omplay.com.br

/ Coluna do Rovai

4 | Por que Jaques Wagner tem que se afastar da liderança do governo no Senado

/ Capa

PF LIVRE COM LULA

9 | Sob o comando de Lula, PF voltou a ser livre, por Henrique Rodrigues

19 | Jaques Wagner alvo da PF, por Plínio Teodoro

/ Transporte público

27 | Seminário Tarifa Zero, por Alice Andersen e Júlia Motta

/ Políticas públicas

36 | Maricá: cidade filmada

/ Sociedade

42 | Mesmo morta, uma mulher não tem paz, por Thaís Cremasco

/ Global

52 | Acordo histórico entre Irã e EUA, por Plínio Teodoro

/ Copa do Mundo

61 | A Copa como disputa de nações acabou, por Luiz Carlos Azenha

66 | Quando o Brasil era o país do futebol, por Emir Sader

71 / Expediente

Capa: Agência Brasil



Foto Edison Rodrigues/Agência Senado

Por que Jaques Wagner tem que se afastar da liderança do governo no Senado

A política é feita de decisões corretas tomadas no momento certo. E, no atual cenário, o senador Jaques Wagner precisa renunciar à liderança do governo no Senado. Não estamos falando de um juízo antecipado de mérito, tampouco de uma traição por parte do presidente Lula ou de seus pares de partido.

Trata-se de uma questão de inteligência política.

Cabe ao presidente do PT, Edinho Silva, e às principais lideranças do partido conversarem com Wagner e mostrarem que esse é o melhor caminho. Sem dramas, sem melindres e sem aquela dita “solidariedade” que acaba prejudicando mais do que ajudando.



Fotos reprodução

O ex-presidente **Itamar Franco** e **Henrique Hargreaves**

Existe um precedente histórico que serve como lição. Em 1993, o presidente Itamar Franco enfrentou denúncias envolvendo seu ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves. Hargreaves era um dos homens mais próximos de Itamar, praticamente o equivalente ao papel desempenhado por Dilma Rousseff nos governos Lula.

Naquele momento, ambos tomaram uma decisão que acabou se transformando em referência institucional. Hargreaves se afastou do cargo para permitir que as investigações

seguissem seu curso. Quatro meses depois, sem que houvesse comprovação das acusações, retornou normalmente à Casa Civil.

O episódio consolidou uma espécie de padrão republicano: o afastamento temporário não é condenação antecipada. É um instrumento de proteção das instituições e da própria imagem do investigado.

Não entro aqui no mérito das acusações contra Wagner, porque ainda é preciso analisar em profundidade os elementos que motivaram a operação da Polícia Federal. Mas há fatos que precisam ser esclarecidos. A compra de um apartamento para a filha é um deles.

Também há a questão dos dólares encontrados em sua residência. O valor, por si só, não parece incompatível com alguém que foi governador duas vezes e é senador da República há anos. Mas a explicação apresentada, de que os recursos seriam provenientes de diárias acumuladas, precisa ser mais bem detalhada.

Nada disso significa condenação. Significa apenas que há dúvidas que precisam ser respondidas.

Por isso, o afastamento temporário da

liderança do governo seria a decisão mais prudente. Permitiria que Jaques Wagner se dedicasse integralmente à sua defesa e impediria que o caso contaminasse o governo Lula.

Foi assim que Itamar Franco agiu em 1993. E é assim que a política madura deve funcionar: preservando as instituições, sem transformar investigação em condenação, mas também sem ignorar a necessidade de dar explicações à sociedade.

Em certos momentos, afastar-se temporariamente não é sinal de fraqueza. É sinal de responsabilidade. ♦



Assista na TV FÓRUM

▶ **Clique aqui** | Fala, Rovai: Flávio Bolsonaro X Jaques Wagner: Quem é o verdadeiro amigo do Vorcaro.

▶ **Clique aqui** | Carlito Neto na Fórum: André Mendonça está protegendo Flávio Bolsonaro.

▶ **Clique aqui** | Fórum Café: Lula garante autonomia da PF, que mira Rachadinha.

▶ **Clique aqui** | Jornal da Fórum: Jaques na mira: até quando protegerá Flávio Bolsonaro?

Forum 2014 NA COPA



LATACHE CAPITAL

TODOS OS DIAS
DE 11/6 A 20/7
das 9H30 às 10H30



Apresentação
YURI FERREIRA E JOÃO, O "CANALHA"

Assista na
TV FÓRUM

Capa

SOB O COMANDO DE LULA, PF VOLTOU A SER LIVRE

por Henrique Rodrigues

JÁ **BOLSONARO** AFASTOU OU PUNIU QUASE 20 DELEGADOS DURANTE INVESTIGAÇÕES

A saúde de uma democracia mede-se pela autonomia de suas instituições de controle. Quando o principal órgão de investigação de um país opera sem olhar a quem, o Estado de Direito prevalece; quando é convertido em guarda-costas pessoal do mandatário, a República desmorona. A história recente do Brasil oferece o mais didático e brutal contraste entre esses dois modelos de governança. De um lado, a atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) resgata o princípio constitucional da impessoalidade, garantindo total liberdade de atuação à Polícia Federal (PF). Do outro, a memória recente do governo de Jair Bolsonaro (PL), que aparelhou, amordaçou e retaliou sistematicamente a corporação para blindar o próprio clã e seus satélites políticos.

O mais recente e contundente testemunho dessa independência institucional sob a égide



O presidente
Lula com **Andrei
Rodrigues**, diretor-
geral da Polícia
Federal

de Lula materializa-se em ações que podem resvalar no próprio governo e em sua base de apoio. Recentemente, a Polícia Federal realizou operações de busca e apreensão que miraram figuras da mais alta relevância no arranjo governista, incluindo a de quinta-feira (18), que teve como alvo o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado e um dos aliados mais históricos e próximos do presidente da República. Em uma gestão marcada pelo autoritarismo, tal movimento resultaria na decapitação imediata da linha de comando da investigação. No governo Lula, contudo, o episódio transcorre dentro da normalidade democrática: a PF investiga, o Judiciário chancela e o Executivo respeita. Não há canetadas na calada da noite, não

há remoções sumárias de superintendentes, tampouco asfixia de delegados incômodos.

Essa postura republicana não é um mérito isolado, mas uma diretriz que resgata a tradição dos mandatos petistas, período em que a PF ganhou a musculatura, a tecnologia e a autonomia que a transformaram em uma instituição de Estado, e não de governo. A premissa é clara: quem deve, paga, independentemente do partido ou da proximidade com o Palácio do Planalto.

Balcão de negócios e a mordada do passado recente

O cenário atual ganha contornos ainda mais nítidos quando contrastado com o verdadeiro balcão de negócios em que a Polícia Federal foi transformada entre 2019 e 2022. Sob Jair Bolsonaro, a corporação viveu o período mais sombrio de sua história democrática, operando sob uma lógica de terror administrativo em que a competência era punida e a subserviência, premiada.

O modus operandi do ex-presidente foi escancarado na célebre reunião ministerial de 22 de abril de 2020, quando o mandatário vociferou contra a falta de informações de inteligência e explicitou seu desprezo pela autonomia da PF:

“ Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro, oficialmente, e não consegui! E isso acabou. Eu não vou esperar f*der a minha família de sacanagem, ou amigo meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura nossa. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui para brincadeira”.



A ameaça não ficou apenas na retórica inflamada. Levantamentos e documentos apontam que a gestão de Bolsonaro puniu ou afastou pelo menos 18 delegados da PF em episódios nítidos de retaliação política por cumprirem seus deveres legais.

O ápice dessa engrenagem de perseguição ficou evidente no caso da delegada Silvia Amélia. À frente do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

do Ministério da Justiça (DRCI), ela cometeu o “crime” de cumprir uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), formalizando o pedido de extradição do ativista bolsonarista Allan dos Santos, foragido nos Estados Unidos. Ato contínuo à sua atuação estritamente técnica, a delegada foi sumariamente removida da função.

Cronologia de intervenções e blindagens

A lista de profissionais rifados pelo bolsonarismo é extensa e desenha um mapa do aparelhamento estatal:



Maurício Valeixo e Ricardo Saadi

Saadi, então superintendente da PF no Rio de Janeiro, foi alvo de intrigas de policiais alinhados ao Planalto e teve sua troca anunciada diretamente por Bolsonaro em agosto de 2019. Quando o então diretor-geral, Maurício Valeixo, defendeu a competência de Saadi e desmentiu o presidente, que alegava “falta de

produtividade”, Valeixo entrou na mira do governo, culminando na crise que provocou a demissão do então ministro da Justiça, Sergio Moro.

Rolando de Souza

Substituto imediato de Valeixo, assumiu o cargo sob forte desconfiança, mas acabou sofrendo pressões intensas ao tentar resistir a algumas das exigências de trocas de cargos-chave feitas pelo presidente.

Felipe Leal e Graziela Costa e Silva

O delegado Felipe Leal, responsável pelo inquérito que apurava justamente a interferência de Bolsonaro na PF, questionou a cúpula sobre o afastamento de colegas. Foi afastado da investigação. Em solidariedade, a delegada Graziela Costa e Silva coordenou um abaixo-assinado em seu apoio; ambos tiveram suas promoções na carreira negadas como castigo.



Blindagem a Ricardo Salles

A Amazônia e o meio ambiente foram palcos de uma verdadeira

limpa institucional para proteger o então ministro Ricardo Salles. O superintendente no Amazonas, Alexandre Saraiva, e o delegado Thiago Leão, responsáveis pela Operação Handroanthus, que resultou na maior apreensão de madeira ilegal da história da PF, foram escanteados após Salles interceder a favor dos madeireiros criminosos. O efeito dominó atingiu Max Eduardo Alves Ribeiro (que teve promoção negada por autorizar Saraiva a dar entrevistas), Franco Perazzoni (vetado na chefia do combate ao crime organizado no DF por negar acesso da cúpula ao inquérito de Salles) e Rubens Lopes da Silva (afastado da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente após tocar a Operação Akuanduba, que também asfixiava o esquema do ministro).

Perseguições diversas

A tesoura ideológica alcançou até mesmo Rodrigo Fernandes, delegado que investigou o atentado à faca contra Bolsonaro e concluiu que o ato foi perpetrado por um lobo solitário, frustrando a narrativa política de um complô de esquerda; sua promoção foi bloqueada. Delegados como Denisse Ribeiro (Inquérito dos Atos Antidemocráticos) e Bernardo Guidali Amaral (que tentou

investigar o Judiciário e foi rifado para agradar magistrados) também sentiram o peso do torniquete. Na ponta regional, Carla Patrícia Cunha foi removida da chefia em Pernambuco por suspeitas paranoicas de ligações com a oposição local, e Daniel Grangeiro, em Alagoas, foi punido após suas investigações atingirem aliados vitais do presidente, como o deputado Arthur Lira. Até o chefe do Comando de Operações Táticas, Antonio Marcos Lourenço Teixeira, acabou afastado por desentendimentos banais com a segurança pessoal do então presidente.



Foto Divulgação PF

Institucionalidade devolvida ao país

O contraste entre o passado de sobressaltos e o presente de estabilidade investigativa expõe a diferença fundamental entre governar para a República e governar para um clã. Enquanto o ex-presidente utilizava a máquina pública

como um escudo privado, mutilando carreiras, distorcendo relatórios e intimidando servidores, a atual gestão demonstra que o fortalecimento da Polícia Federal passa, obrigatoriamente, pelo respeito à sua autonomia de atuação.

Mesmo quando a engrenagem do Estado atinge o Palácio do Planalto ou seus articuladores políticos mais diletos, como no caso que envolve o senador Jaques Wagner, a resposta do governo federal não é o estrangulamento da corporação, mas a entrega do devido processo legal.

Sob o comando de Lula, a Polícia Federal recuperou o direito de ser policial, de ser federal e, acima de tudo, de ser livre. Aos olhos da história, fica o veredicto: a mordaca caiu, e as instituições voltaram a respirar. ♦



Leia+ na REVISTA FÓRUM

▶ [Clique aqui](#) | Lula pedirá a Jaques Wagner que se afaste da liderança do PT no Senado.



Assista na TV FÓRUM

▶ [Clique aqui](#) | Fórum Café: Ação contra Wagner abre porta para PF contra Flávio Bolsonaro.

▶ [Clique aqui](#) | Fórum Mídias: André Mendonça e a armadilha por trás da investigação sobre Jaques Wagner no caso Master.



Foto Edilson Rodrigues/Agência Senado

Capa

Jaques Wagner alvo da PF

**Ação contra líder do governo no Senado
abre precedente para operação da PF contra
Flávio Bolsonaro, o “irmão” de Vorcaro**

por Plínio Teodoro

A nona fase da Operação Compliance Zero, desencadeada na quinta-feira (18) e que teve como alvo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner, na conexão baiana do escândalo financeiro do caso Master, abre precedente para que o próximo “toc toc” dos agentes da Polícia Federal (PF) aconteça na

mansão de R\$ 5,97 milhões de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), no Lago Sul, em Brasília. E isso pode acontecer em plena campanha eleitoral.



A decisão do ministro André Mendonça, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), cita elementos consistentes para a realização de busca e apreensão nos endereços de Wagner.

Com base no relatório da Polícia Federal, Mendonça cita que o senador baiano é tido “como suposto beneficiário central das vantagens econômicas investigadas, figurando como agente público em favor de quem teriam sido estruturados pagamentos, benefícios e aquisições patrimoniais”.

“De acordo com a representação, foram auferidas vantagens econômicas indevidamente pelo parlamentar. Nesse ponto, há questões mais laterais, como: (i) o uso gratuito de



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Os senadores **Flávio Bolsonaro** e **Jaques Wagner**

aeronaves vinculadas a AUGUSTO FERREIRA LIMA ou ao Banco Master; e (ii) o recebimento de ingressos para shows no exterior de elevado valor. De outra parte, há questões mais relevantes, quais sejam: (iii) a aquisição do apartamento nº 1.702 do empreendimento Poème Horto, que teria sido viabilizada por estruturas societárias e financeiras interpostas; e (iv) pagamentos à empresa vinculada a seu núcleo familiar (no caso, a BN FINANCEIRA LTDA.)”, diz o ministro na decisão que deu aval à PF para a investida.

Entre as contrapartidas que, supostamente, teriam sido efetivadas está o apartamento de R\$ 2,5 milhões que teria sido registrado em nome da empresa Epítome S.A., que tem como responsável formal Luiz Antonio Lombardi, alvo

da operação, e que supostamente teria sido utilizado como uma espécie de “laranja” para ocultar o nome do senador.

Em uma das poucas trocas diretas entre o senador e o ex-sócio de Vorcaro citadas na decisão, há uma conversa relativa à aquisição de “ingressos para shows de cantora internacional, realizado na cidade de Los Angeles (Califórnia/EUA)”, em 2023, no valor de R\$ 63.339,00.



Ação contra Flávio Bolsonaro

A decisão de Mendonça mostra que havia elementos suficientes para uma busca e apreensão contra o líder do governo Lula no Senado.

No entanto, o que já se tornou conhecido sobre a relação de Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro é muito mais grave e envolve valores bem mais vultosos do que aqueles que embasam a ação contra o senador baiano.

Diferentemente de Wagner, Flávio Bolsonaro teve contato direto, por diversas vezes, com Daniel Vorcaro, mesmo após a primeira prisão do banqueiro, em novembro de 2025.

Conforme revelou o site The Intercept, Flávio chamou Vorcaro de “irmão” ao cobrar parte das transferências de dinheiro para o suposto financiamento do filme Dark Horse, sobre Jair Bolsonaro (PL), de um total negociado de US\$ 24 milhões (cerca de R\$ 134 milhões em valores da época).

A mensagem de áudio foi enviada no dia 16 de novembro de 2025, véspera da prisão de Vorcaro pela PF no aeroporto de Guarulhos, quando o banqueiro possivelmente tentava fugir rumo a Malta e, em seguida, a Dubai.

Em dezembro, com Vorcaro de tornozeleira eletrônica e em prisão domiciliar, Flávio Bolsonaro visitou o banqueiro na mansão dele em São Paulo. Um dia depois, o senador deixou a cela na Papudinha dizendo que o pai o teria ungido candidato do clã à Presidência.

Além dos contatos diretos e da cobrança, segundo as investigações da Polícia Federal, Vorcaro transferiu efetivamente aproximadamente US\$ 10,6 milhões, cerca de R\$ 61 milhões pela cotação da época, ao fundo Havengate, nos

Estados Unidos, administrado por Paulo Calixto, advogado de Eduardo Bolsonaro.

A cifra é mais de 20 vezes o valor do suposto apartamento que Augusto Lima teria dado a Jaques Wagner, por meio de um laranja, como contrapartida por sua atuação parlamentar.

Em nova reportagem sobre o caso, o The Intercept Brasil revelou planilhas de despesas e comprovantes que mostram toda a transferência dos milhões de Vorcaro para o clã Bolsonaro.

Seguindo o rastro desse dinheiro, a PF não teria encontrado, até o momento, indícios de que o montante tenha sido efetivamente usado na produção do filme, nem mesmo o destino desses milhões de dólares — que, avalia-se, podem ter sido usados para financiar uma vida de luxo de Eduardo Bolsonaro nos EUA enquanto arquitetava a conspiração contra o Brasil.

Caso repitam o timing entre a revelação do caso e a ação contra Wagner, investigadores da PF devem bater à porta de Flávio Bolsonaro em setembro, em plena campanha eleitoral.

Obviamente, o filho de Bolsonaro já deve estar colecionando mentiras para se colocar como vítima de “perseguição”, como aprendeu em casa. Mas provas existem. E são fartas.

E, pelo visto, o que não falta é independência

e vontade da Polícia Federal para derrubar o castelo de cartas marcadas da organização criminosa de Daniel Vorcaro. Doa a quem doer.

Basta saber se André Mendonça dará aval para a ação contra o filho de seu benfeitor, que o alçou justamente à cadeira na mais alta Corte do país. ♦



Leia+ na REVISTA FÓRUM

▶ [Clique aqui](#) | Mendonça só precisa explicar por que não há operação contra Flávio Bolsonaro e seus R\$ 61 milhões.

▶ [Clique aqui](#) | Caso Master: o que Jaques Wagner alega sobre investigação envolvendo sócio de Vorcaro.

▶ [Clique aqui](#) | Bancada do PT no Senado manifesta “plena confiança” em Jaques Wagner.

▶ [Clique aqui](#) | Presidente do PT, Edinho Silva se manifesta sobre ação da PF contra Jaques Wagner no caso Master.

Forum

Siga o canal da
Revista Fórum
no WhatsApp

E receba
**notícias
exclusivas**

Clique aqui
e se inscreva





Foto Ian Lucas

Transporte público

Tarifa zero

Evento realizado em Brasília pela Fórum reuniu especialistas de diversas áreas e políticos para debater experiências e caminhos para a implementação e financiamento da tarifa zero em todo o país

da Alice Andersen e Júlia Motta

A mobilidade urbana e o direito à cidade estiveram no centro do debate em Brasília na quarta-feira (17). A Revista Fórum, com apoio do Sindicato dos Bancários do DF, reuniu especialistas, gestores públicos, parlamentares e pesquisadores no seminário “Tarifa Zero no Brasil: Desafios, Expectativas e Perspectivas”. O encontro promoveu um

dia inteiro de discussões sobre experiências nacionais e internacionais, modelos de financiamento e os caminhos para ampliar a gratuidade no transporte público brasileiro.

Os temas dos painéis foram: "Experiências de Tarifa Zero no Brasil", "Experiências Internacionais", "Mobilidade Urbana e Direito à Cidade" e "Financiamento do Transporte Público".



Foto Fabio Rodrigues da Silva - SEBRAE

Propostas e a nova bandeira para o governo Lula

No primeiro painel, “Experiências de Tarifa Zero no Brasil”, o deputado federal e ex-secretário de Transportes de São Paulo Jilmar Tatto (PT-SP), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Tarifa Zero, disse que a gratuidade no transporte público já está formalmente incluída nas discussões de diretrizes do governo Lula. Segundo ele, a proposta prevê uma implementação gradual,



de forma semelhante às principais políticas públicas do governo federal.

Tatto aponta que a tarifa zero não é mais apenas uma bandeira de movimentos sociais ou uma promessa de campanha. “Colocamos no programa de governo do Lula. Agora o presidente pediu para fazer isso e nós estamos fazendo”, disse. Durante o painel, o parlamentar informou que a inclusão da proposta nas discussões de diretrizes do governo federal ocorreu após reuniões e uma provocação do próprio Lula, que teria instado o parlamentar a avançar com o projeto. Uma data de anúncio, no entanto, ainda não está definida.

No dia 14 de junho, o governo Lula oficializou o Marco Legal do Transporte Público Coletivo (Lei nº 15.432/2026), que estabelece novas bases para o financiamento, a regulação e a operação dos sistemas de transporte urbano

brasileiros e abre caminho para a tarifa zero.

O próximo passo, conforme o relato de Tatto, é realizar uma rodada de conversas com o Ministério das Cidades, ministros de agências e outras pastas para construir o arcabouço necessário à implementação. A proposta que chegou ao governo não exige adesão imediata de todos os municípios: o modelo aceito prevê uma fase experimental, com adoção em fatias da frota ou em capitais-piloto.

“ A tarifa zero não precisa começar com 100%. Começa com 10%, começa com 20%. Vamos fazer em uma capital, em duas. O importante é criar a arquitetura jurídica”, explicou Tatto.

Os números que embasam a proposta são baseados em estudos macroeconômicos encomendados em parceria com frentes parlamentares e a Universidade de Brasília (UnB). Segundo os estudos, realizados nos primeiros meses de 2026, o custo para implantar a gratuidade universal no transporte público em todo o país ficaria entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões, cálculo que já considera o aumento de demanda de passageiros decorrente da adoção da medida.

Outro estudo da universidade, *A Tarifa*



Fotos Ian Lucas



Zero no Transporte Público como Política de Distribuição de Renda, mostra ainda que a medida injetaria R\$ 45,6 bilhões na economia brasileira. Taxando os super-ricos, esse número quadruplica: “O Brasil tem potencial para arrecadar mais de R\$ 260 bilhões por ano apenas taxando os super-ricos, valor suficiente para financiar com folga a tarifa zero em todo o país”, concluem os pesquisadores.



Foto Fabio Rodrigues da Silva - SEPAI

A lógica do financiamento se resumiria da seguinte forma: o trabalhador que depende do ônibus para chegar ao emprego já paga impostos que financiam o Estado e ainda paga a tarifa no caixa. “Paga a conta duas vezes”, destaca o deputado. Para ele, o transporte deve ser financiado por toda a sociedade, como já ocorre com saúde e educação, e não



Foto Ian Lucas

apenas por quem usa o serviço. Essa mudança de perspectiva, de custo individual para investimento coletivo, é o núcleo da proposta.

Para elaborar um projeto em escala nacional, Tatto diz que buscou referências fora do Brasil e visitou Belgrado, na Sérvia, para estudar o financiamento e a logística de transporte de alta capacidade, em busca de modelos aplicáveis ao contexto brasileiro.

A combinação entre experiências nacionais consolidadas, como a de Maricá (RJ), e referências internacionais compõe o relatório com que a Frente Parlamentar da Tarifa Zero pretende avançar nas negociações com o governo federal nos próximos meses. “Para contrapor quem diz que isso não funciona em cidade grande, eu tive que viajar. Fui verificar de

perto como funciona o transporte público não só em cidades isoladas, mas em toda a rede de estados do Norte da Europa”.

A outra viagem informada por Tatto durante o painel foi à cidade de Nova York. O deputado destacou que o debate sobre a implantação de modais gratuitos e rotas de tarifa zero é forte na agenda política norte-americana, sendo feito por lideranças locais e prefeitos dos Estados Unidos. ♦



Leia+ na REVISTA FÓRUM

► [Clique aqui](#) | E leia mais:

- [+] Quais as propostas de financiamento?
- [+] A experiência de Maricá (RJ)
- [+] Tarifa zero já é realidade no exterior
- [+] Tarifa zero como direito à cidade
- [+] O exemplo de Mariana (MG)
- [+] Combate à segregação espacial e racial
- [+] Erundina e o Sistema Único de Mobilidade
- [+] Um novo modelo de vale-transporte



Assista na TV FÓRUM

► [Clique aqui](#) | **Painel 1:** Experiências Tarifa Zero no Brasil | **Painel 2:** Experiências Internacionais

► [Clique aqui](#) | **Painel 3:** Mobilidade Urbana e Direito à Cidade | **Painel 4:** Financiamento do Transporte Público.



**A TV QUE MAIS
CRESCER NA INTERNET
BRASILEIRA**



Informação com profundidade, análises ao vivo e uma programação plural que conecta você aos temas mais relevantes da política, economia, cultura e direitos humanos — todos os dias da semana!

**O CANAL DA REVISTA FÓRUM,
REFERÊNCIA NO JORNALISMO DIGITAL NACIONAL.**

Inscreva-se e faça parte dessa comunidade
que cresce a cada dia!

PROGRAMAÇÃO



DE SEG. A SEX.
6H30



DE SEG. A SEX.
11H



DE SEG. A SEX.
9H30



DE SEG. A SEX.
15H



DE SEG. A SEX.
17H



DE SEG. A SEX.
20H



DE SEG. A QUI.
18H30



TODA QUARTA
15H



TODA SEXTA
18H30



TODO SÁBADO
11H



TODO DOMINGO
8H30



TODO DOMINGO
11H30



Foto Katito Carvalho

Políticas públicas

Cidade filmada

Maricá fomenta o audiovisual com edital de R\$ 20 milhões focado na atração de produções e geração de empregos locais

da Redação

O Rio de Janeiro é hoje a cidade mais filmada da América Latina, com quase 11 mil diárias de filmagem autorizadas em 2025, superando a Cidade do México. Mas o que pouca gente sabe é que algumas dessas grandes produções também tiveram a participação de Maricá como um dos seus cenários.

A partir do lançamento, pela Companhia de Cultura e Turismo de Maricá (Maré), de dois editais do programa municipal de fomento ao

audiovisual (Filmar Maricá 2026), o município fluminense está investindo R\$ 20 milhões em desenvolvimento de projetos e produção para ganhar escala e acelerar essa indústria, assim como faz a capital. O valor representa 20% dos R\$ 100 milhões destinados este ano pelo poder público ao fomento cultural e à economia criativa. Público, a cidade já tem garantido, até porque é a única do estado a oferecer um cinema público e gratuito cuja programação é voltada à arte cinematográfica de qualidade: o Cine Henfil.

Diversidade de biomas preservados, acesso fácil, infraestrutura disponível e proximidade com o hub logístico do Aeroporto Internacional Galeão/Tom Jobim (a 60 km de distância) são alguns dos atrativos conhecidos — e bastante aproveitados — da cidade, que agora serão amplificados com a aposta na produção com captação nacional e internacional. A estruturação para o exterior já existe, uma vez que a *Maricá Film Commission* foi apresentada no Festival de Cinema de Cannes, na França, este ano. Ou seja, a cidade já se organizou e profissionalizou sua condição para figurar na rota das grandes produtoras do mercado de forma soberana.

Os números mostram a força do setor e justificam o investimento estatal. O audiovisual

responde por 0,6% a 0,7% do PIB nacional, movimentando R\$ 70 bilhões anuais. Estudos indicam que a cada R\$ 10 milhões injetados na economia há um impacto de R\$ 12 milhões a R\$ 13 milhões no PIB, superando indústrias tradicionais como a têxtil. O segmento movimentou R\$ 4,7 bilhões na economia carioca em 2025, e a arrecadação de ISS — impacto positivo e direto na economia local — cresceu 62,8%, chegando a quase R\$ 70 milhões.

É exatamente esse desenvolvimento socioeconômico que o município busca.

“ Não é só ter bons filmes, séries e documentários; há uma promoção efetiva do desenvolvimento. Uma produção movimenta muita gente, envolve comércio, serviços, mão de obra, fornecedores e locações”, afirma o presidente da Maré, Antônio Grassi.



Estruturado para fortalecer o audiovisual como cadeia produtiva e vetor de desenvolvimento, o programa reserva 30% da mão de obra para contratações locais. Além de garantir capacitação para que as produtoras da cidade participem, é um reforço para reter as receitas no município e produzir

cinema com identidade própria — algo que o projeto da Escola de Cinema em parceria com Cuba já está fazendo avançar.



Cena da série *Shipados*, que teve locações em Maricá

Foto divulgação

Histórico como locação

Quem mora há algum tempo em Maricá sabe que o local é uma atração à parte, tendo abrigado uma cidade cenográfica (*Rei Davi*, Rede Record), sido cenário para um documentário da RTP (TV de Portugal) e atraído até o rapper Snoop Dogg para gravar um clipe musical. Para a série *Shipados* (Globo), com Tatá Werneck e Eduardo Sterblitch, aliás, a Prefeitura modificou o cronograma de obras de urbanização da orla da praia de Itaipuaçu e isolou o quarteirão onde as gravações ocorriam para que o cenário original — Maricá era parte da busca da protagonista por um reencontro com os pais — fosse preservado. As obras aconteceram nos quarteirões ao redor — as

máquinas eram desligadas apenas na hora do “luz, câmera e ação” — e foram concluídas após o término das filmagens sem prejuízo algum para a população.



Foto Karito Carvalho

Consultas públicas

O Edital de Desenvolvimento vai contemplar 15 projetos, com investimento de R\$ 200 mil por proposta, nas categorias de longas e séries de ficção, documentário e animação. A proposta é apoiar a etapa de criação, pesquisa, roteiro, desenvolvimento de histórias e definição de locações, desde que os projetos tenham relação direta com Maricá. Já o Edital de Produção vai selecionar nove projetos, com valores entre R\$ 1,125 milhão e R\$ 2,5 milhões por proposta. A chamada será voltada à realização de longas de ficção, documentários, séries e animações, com a exigência de que as histórias se passem majoritariamente em Maricá e que parte significativa das filmagens seja realizada no município. ♦

JORNALISMO AUTÊNTICO E VERDADEIRO

Acesse todos os dias
→ www.revistaforum.com.br

Forum o seu
portal de notícias

apoie.revistaforum.com.br

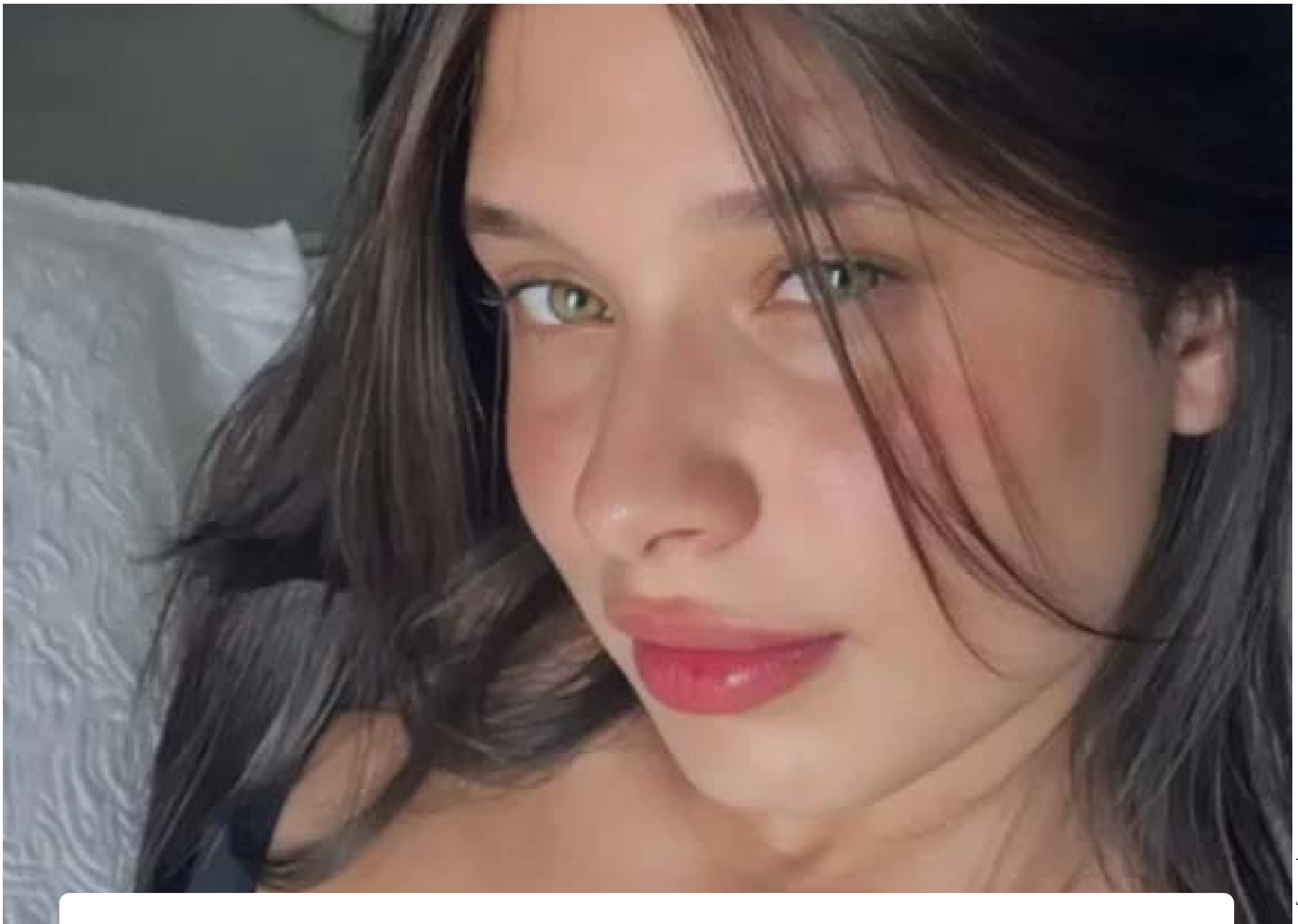


Foto reprodução

Sociedade

Corda “esquecida” e comentários obscenos: mesmo morta, uma mulher não tem paz

por Thaís Cremasco

Maria Eduarda Rodrigues de Freitas tinha 21 anos. Foi até uma ponte em Limeira, no interior de São Paulo, para praticar rope jump, uma atividade vendida como esporte radical. Saiu dali morta. Segundo a investigação divulgada pela imprensa, ela teria

sido jogada da chamada Ponte do Esqueleto sem que a corda de segurança estivesse presa ao seu corpo. Seis pessoas foram presas e três homens foram indiciados por homicídio com dolo eventual.

A palavra “esqueceram” não dá conta do horror.

Como três pessoas colocam uma mulher na beira de uma ponte, organizam um salto, conduzem seu corpo até o vazio e “esquecem” o principal? Como alguém monta uma estrutura de risco sem conferir a única coisa que separa uma experiência radical de uma morte anunciada? Como ninguém viu, como ninguém gritou, como ninguém interrompeu?

Quando uma atividade depende integralmente de segurança, a ausência dela não é detalhe técnico. É o centro do fato. A corda não era acessório. Era a diferença entre voltar para casa e morrer diante de câmeras.

Mas há uma camada ainda mais insuportável nessa história: Maria Eduarda morreu e, mesmo morta, continuou sendo violentada.

Nas redes sociais, homens passaram a fazer comentários sobre o corpo dela. Comentários sobre necrofilia, sobre IML, sobre “peças”.

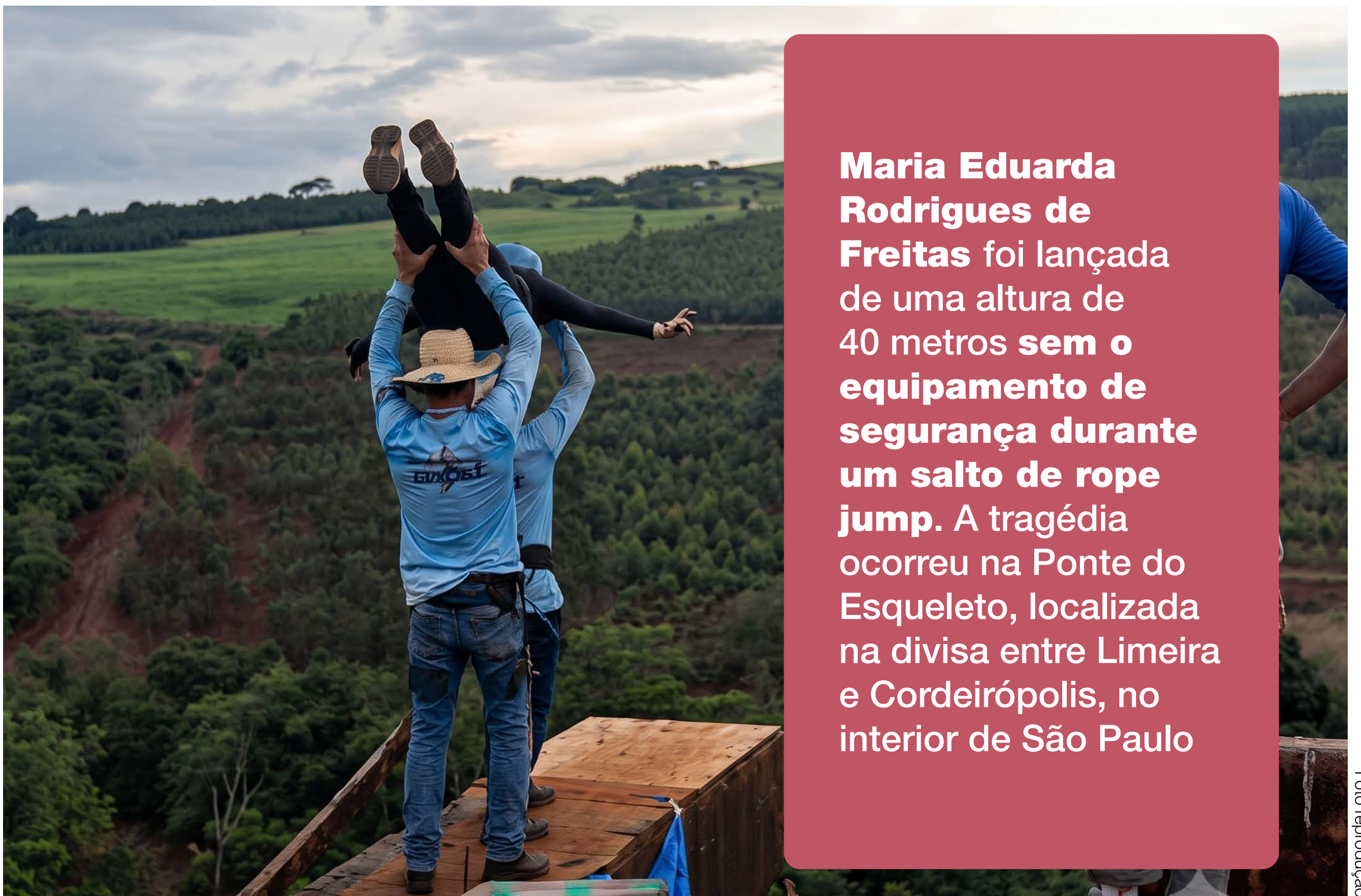


Foto reprodução

Maria Eduarda Rodrigues de Freitas foi lançada de uma altura de 40 metros **sem o equipamento de segurança durante um salto de rope jump**. A tragédia ocorreu na Ponte do Esqueleto, localizada na divisa entre Limeira e Cordeirópolis, no interior de São Paulo

Comentários que não merecem reprodução integral, porque a repetição também pode ser uma forma de violência. Basta dizer o essencial: depois de uma jovem morrer em circunstâncias brutais, houve quem olhasse para sua imagem e não enxergasse uma pessoa, uma filha, uma amiga, uma trabalhadora, uma mulher com história, futuro e nome. Enxergou um corpo à disposição da piada, do desejo, da crueldade e da misoginia.

Este é o ponto: mulheres não têm paz nem depois da morte.

A violência contra mulheres não termina quando o coração para. Ela continua na exposição das imagens, nos comentários lascivos, na curiosidade mórbida, na circulação de vídeos, no deboche e na transformação do sofrimento da família em conteúdo. O

corpo feminino, nessa lógica patriarcal, nunca pertence inteiramente à mulher. Vivo, é controlado; morto, é profanado.

A morte não interrompe a misoginia, apenas revela seu grau máximo de desumanização.

Não estamos falando apenas de comentários de mau gosto. Estamos falando de uma cultura que naturaliza a apropriação masculina do corpo feminino em todas as fases da existência. A menina é vigiada, a adolescente é sexualizada, a mulher adulta é julgada, perseguida e culpabilizada; a vítima é questionada e a morta é violada simbolicamente.

A sociedade que pergunta o que uma mulher vestia quando foi assediada é a mesma que ri do corpo dela depois da morte. A sociedade que filma uma mulher em risco é a mesma que compartilha a tragédia como entretenimento. A sociedade que chama negligência extrema de acidente é a mesma que chama violência sexualizada contra cadáver de “humor pesado”.

Não é humor. É sintoma.

E o direito penal sabe disso há muito tempo. Tanto sabe que o Código Penal precisou transformar em crime uma conduta que, se fosse impensável, não precisaria estar prevista

em lei: o vilipêndio de cadáver.

Vilipendiar um cadáver significa ultrajar, profanar, desrespeitar o corpo de uma pessoa morta ou suas cinzas. Não se trata apenas de violência física contra o corpo, mas também de qualquer conduta que retire dele a dignidade mínima que a sociedade deve aos mortos e às famílias que ficam. O artigo 212 do Código Penal existe justamente porque a morte não transforma alguém em coisa disponível nem autoriza que seu corpo seja tratado como objeto de piada, desejo, curiosidade mórbida, exposição ou degradação.

A existência desse crime revela algo incômodo: a violação de cadáver não é uma fantasia distante, nem uma hipótese absurda reservada aos livros de medicina legal. É uma possibilidade concreta o bastante para exigir resposta penal. O legislador não cria um tipo penal para proteger aquilo que ninguém ameaça. Se foi necessário criminalizar o vilipêndio, é porque a história mostrou que nem mesmo diante da morte algumas pessoas respeitam o limite mais básico da convivência humana.

A pena, no entanto, é baixa: detenção de um a três anos e multa. Quase simbólica diante da gravidade civilizatória do que está em jogo. Porque esse crime não protege “matéria orgânica”. Protege o respeito aos mortos, a

**SE FOI NECESSÁRIO
CRIMINALIZAR O
VILIPÊNDIO, É PORQUE
A HISTÓRIA MOSTROU
QUE NEM MESMO DIANTE
DA MORTE ALGUMAS
PESSOAS RESPEITAM O
LIMITE MAIS BÁSICO DA
CONVIVÊNCIA HUMANA**



Foto reprodução

memória, a família e o último limite ético de uma sociedade que ainda pretende se chamar humana: o corpo de uma pessoa morta não pode ser tratado como objeto de escárnio, consumo, excitação ou entretenimento.

Há ainda uma questão de Estado. Quando um corpo chega ao Instituto Médico Legal, ele não entra em um depósito qualquer. Entra em um ambiente público, técnico e pericial. A família perde o controle direto sobre aquele corpo e entrega ao Estado a guarda, a preservação, a documentação e a devolução digna. A partir dali, a confiança não pode depender da boa índole de quem manipula o cadáver. Deve depender de protocolo, fiscalização, cadeia de custódia, registro, responsabilização e punição.

O corpo morto não pertence ao funcionário,

ao curioso, ao comentarista de rede social, ao perito, ao policial, ao influenciador ou à multidão. Pertence à memória de quem viveu e à dignidade que o Estado tem obrigação de proteger. Quando essa fronteira é rompida, não se viola apenas um cadáver. Viola-se a família, a investigação, a confiança pública e o último pacto civilizatório que ainda deveria impedir a transformação de uma pessoa morta em objeto de consumo.

No caso de Maria Eduarda, há muitas perguntas que ainda precisam de resposta. Quem autorizou a atividade? Quem organizou? Quem conferiu os equipamentos? Quem deveria ter impedido o salto? Quem assistiu? Quem filmou? Quem lucrou? Quem falhou? Quem vai responder?

Mas há uma resposta que já conhecemos: não existe morte individual de uma mulher em uma sociedade que transforma corpos femininos em território público.

Maria Eduarda não morreu apenas diante de uma ponte. Morreu diante de uma cultura que normaliza risco, negligência, espetáculo e misoginia. E, depois de morta, foi novamente atingida por homens que acharam aceitável

**MARIA EDUARDA NÃO
MORREU APENAS
DIANTE DE UMA PONTE.
MORREU DIANTE
DE UMA CULTURA
QUE NORMALIZA
RISCO, NEGLIGÊNCIA,
ESPETÁCULO E
MISOGINIA**

Foto reprodução

transformar seu corpo em comentário obsceno.

Por isso, não basta indignação. É preciso responsabilização. Homens que usam a internet para sexualizar, humilhar, profanar ou fazer piada com o corpo de uma mulher morta não podem seguir protegidos pela desculpa covarde do “humor”. A violência digital também produz dano real, também atinge famílias e também prolonga a violação.

É urgente discutir a criminalização específica e a punição efetiva dessas condutas quando praticadas no ambiente digital. Comentários obscenos sobre cadáveres, insinuações de violência sexual contra mulheres mortas, exposição degradante de imagens e manifestações que transformam a morte feminina em objeto de excitação ou deboche



Foto Paulo Pinto/Agência Brasil

precisam ser enfrentados com a seriedade que merecem. A rede social não é território sem lei.

Mais do que isso: é urgente criminalizar a misoginia no Brasil. Enquanto a lei tratar manifestações de ódio contra mulheres como fatos isolados, continuaremos enxugando gelo diante de uma violência que é estrutural, repetida e organizada culturalmente. A misoginia não é opinião, não é piada, não é provocação. É uma engrenagem de desumanização que autoriza a violência antes, durante e depois da morte.

A pergunta que fica não é apenas como esqueceram a corda. A pergunta é como uma sociedade inteira segue esquecendo que mulheres são pessoas, vivas ou mortas.♦



Um documentário direto de Teerã
por Luiz Carlos Azenha



SEGREDOS DO IRÃ

A GUERRA DOS 12 DIAS



Assista em
youtube.com/revistaforum

O presidente dos EUA, **Donald Trump**, assina o memorando ao lado do presidente francês, **Emmanuel Macron**



Foto Oficial White House Photo by Daniel Torok

Global

Acordo histórico entre Irã e EUA

Memorando de 14 pontos, já em vigor, declara fim imediato das operações militares e redefine geopolítica do Oriente Médio

por Plínio Teodoro

Os presidentes Donald Trump, dos Estados Unidos, e Masoud Pezeshkian, do Irã, assinaram na quarta-feira (17) um memorando de entendimento que declara o encerramento imediato e permanente das operações militares no Oriente Médio, incluindo o Líbano.

O documento, composto por 14 pontos e já

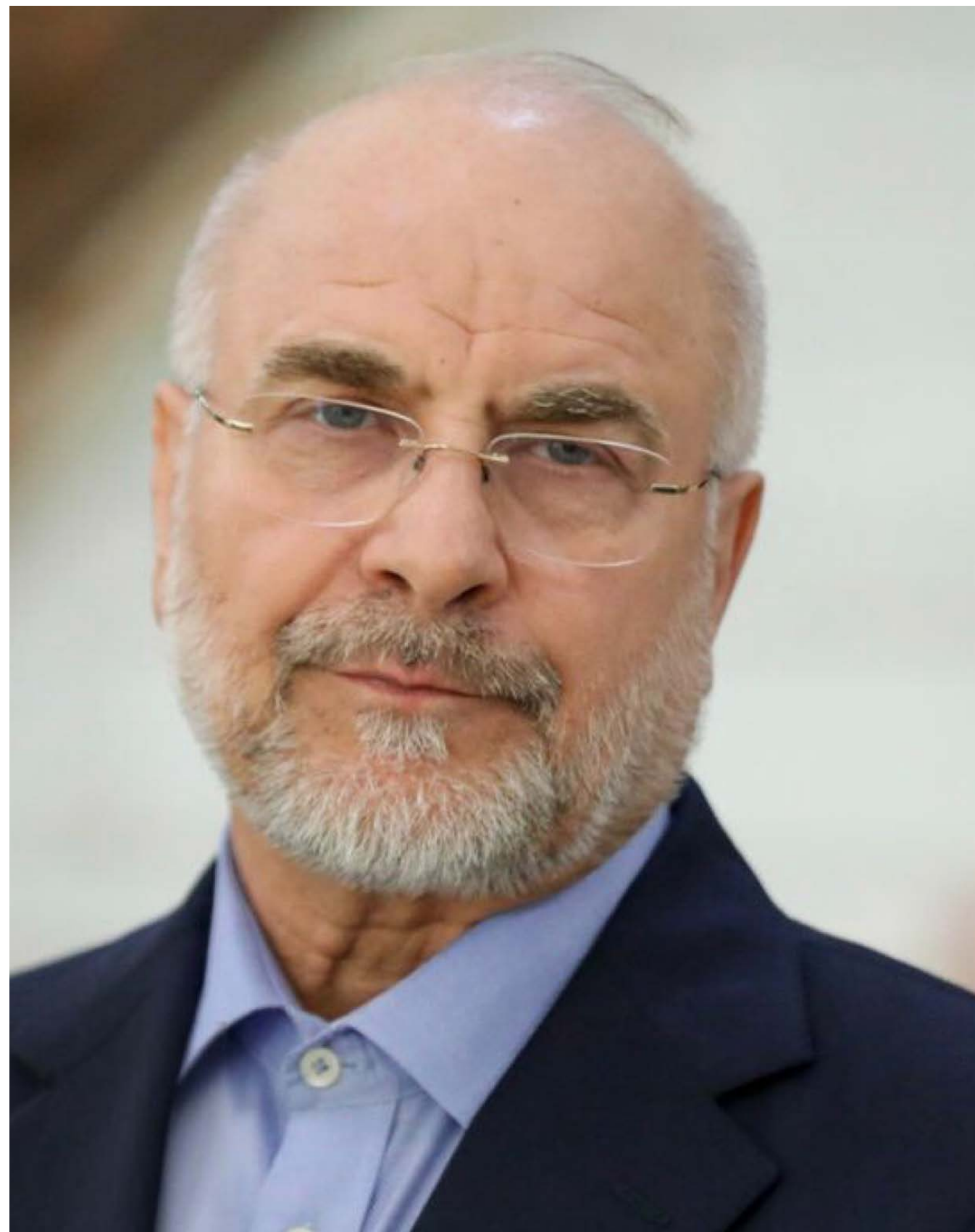
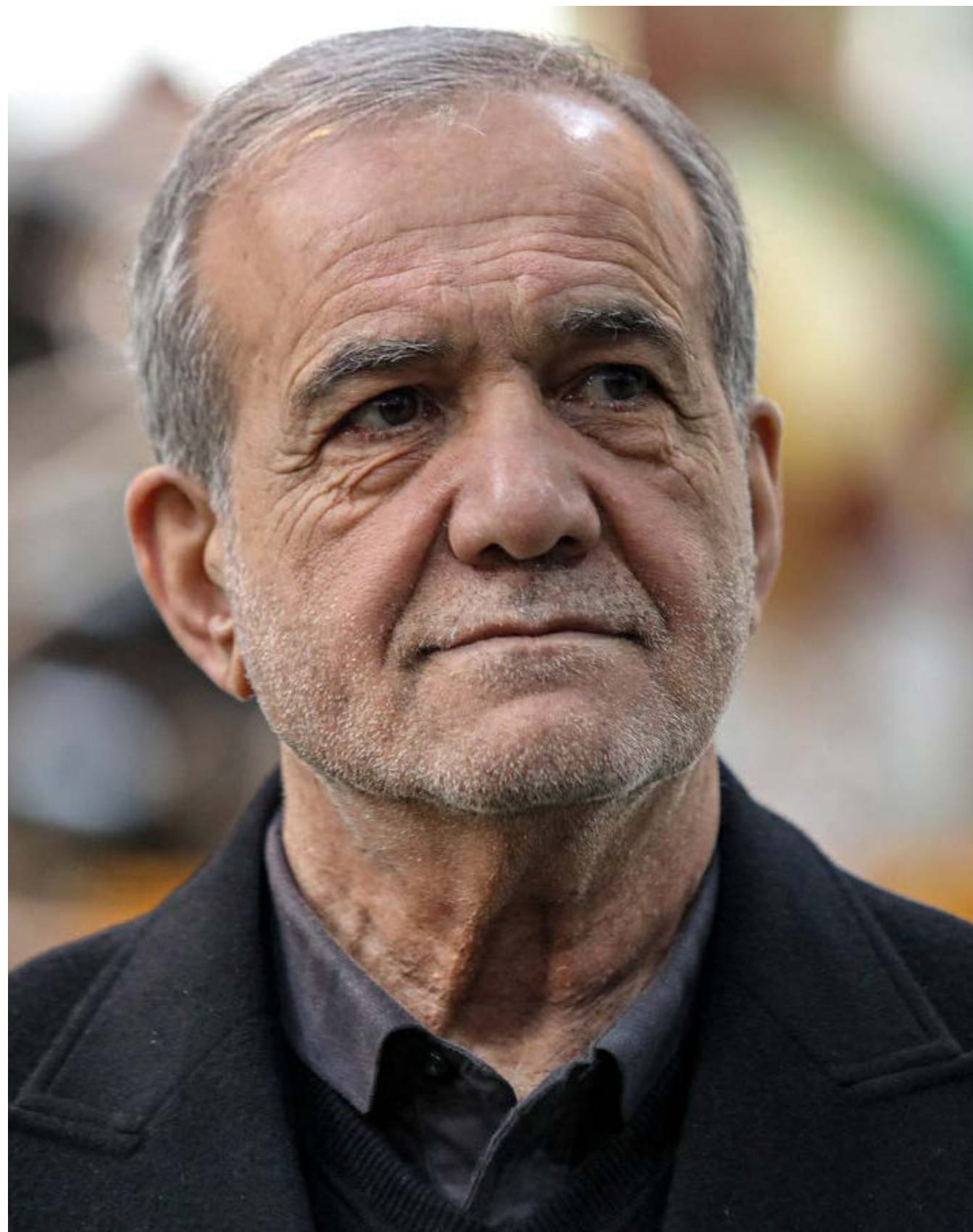
em vigor, foi formalizado durante um jantar no Palácio de Versalhes, à margem da cúpula do G7, e prevê a suspensão de sanções norte-americanas, a reabertura do Estreito de Ormuz e a criação de um fundo mínimo de US\$ 300 bilhões para a reconstrução econômica do Irã.

O acordo encerra um conflito iniciado em 28 de fevereiro com ataques dos EUA e de Israel contra a república islâmica, que se estendeu ao Líbano e causou milhares de mortes.

O que foi assinado

A assinatura do memorando de entendimento entre Washington e Teerã foi confirmada pelos dois governos, com validade imediata. Trump rubricou pessoalmente uma cópia do documento durante o jantar com o presidente francês Emmanuel Macron, no Palácio de Versalhes, enquanto a mídia iraniana divulgou imagens de Pezeshkian com o texto assinado. O acordo, batizado de "Memorando de Entendimento de Islamabad", foi redigido em persa e inglês e contou com a mediação do Paquistão, cujo primeiro-ministro, Shehbaz Sharif, também deverá assinar o texto, segundo a agência estatal iraniana IRNA.

A formalização presidencial, no entanto, não foi o primeiro ato jurídico do processo. Segundo uma autoridade ouvida pela Reuters, o



O presidente do Irã **Masoud Pezeshkian** e **Mohammad Bagher Ghalibaf**, presidente do Parlamento iraniano

documento já havia sido assinado digitalmente no domingo (14) pelo vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, e pelo presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Bagher Ghalibaf, com Trump atuando como testemunha. A cerimônia presencial, inicialmente prevista para sexta-feira (19) em Genebra, foi antecipada para acelerar a implementação do acordo e a reabertura do Estreito de Ormuz, de acordo com o Axios. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, declarou à IRNA que a assinatura eletrônica tornava uma cerimônia presencial desnecessária, e a emissora IRIB confirmou que o texto em farsi corresponde exatamente à versão em inglês, considerando-o “totalmente autêntico e válido”.

O contexto que torna o acordo singular é a velocidade com que a formalização foi concluída. Quatro meses após o início do conflito, com o Estreito de Ormuz bloqueado e a economia global pressionada pela interrupção do fluxo de petróleo e gás, as duas potências optaram por transformar um cessar-fogo em um compromisso político de maior alcance, ainda que preliminar.

Fim das hostilidades e sanções: os termos do memorando

O primeiro ponto do memorando é também o mais abrangente: EUA, Irã e seus aliados declaram o encerramento imediato e permanente das operações militares em todas as frentes, incluindo o Líbano, e se comprometem a não iniciar qualquer guerra ou operação militar entre si. O texto garante ainda a integridade territorial e a soberania libanesas, ponto que Teerã insistiu em incluir nas negociações. O segundo ponto reforça o compromisso mútuo de respeitar a soberania e a integridade territorial um do outro, com a obrigação explícita de não interferir nos assuntos internos da outra parte.

No plano econômico e militar, os termos são igualmente concretos. Os EUA se comprometem a iniciar a suspensão do bloqueio naval ao Irã imediatamente após a

assinatura, com encerramento completo em 30 dias. Em contrapartida, o Irã se compromete a reabrir o Estreito de Ormuz no mesmo prazo, garantindo a passagem segura e sem custos de navios comerciais por 60 dias, e a dialogar com Omã e outros países do Golfo sobre a futura administração da rota. A retirada das forças norte-americanas das proximidades da república islâmica está prevista para ocorrer em até 30 dias após a assinatura do acordo definitivo, não do memorando preliminar.



A reabertura do Estreito de Ormuz é o ponto de maior urgência econômica do acordo. A rota concentra parte significativa do comércio global de energia, e seu bloqueio, mantido desde o início do conflito, pressionava mercados internacionais e economias dependentes do petróleo do Golfo Pérsico. O principal negociador iraniano, Mohammad Bagher

Ghalibaf, declarou à televisão estatal iraniana que o estreito “não voltará à situação anterior à guerra” e que o Irã cobrará pedágio, sinalizando que Teerã pretende transformar o controle da rota em instrumento de soberania econômica nas negociações futuras.

O programa nuclear e a reconstrução do Irã

O memorando endereça dois dos temas mais sensíveis das relações entre Washington e Teerã: o programa nuclear e o peso das sanções sobre a economia iraniana. No campo nuclear, o Irã reafirma que não produzirá nem adquirirá armas nucleares, e ambas as partes concordam em tratar da diluição do urânio enriquecido sob supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O mecanismo previsto é a diluição *in loco*, e o período de 60 dias para negociações sobre o tema começou a contar a partir da quarta-feira (17), segundo o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã.

No campo econômico, os compromissos norte-americanos são extensos. Os EUA se obrigam a encerrar todos os tipos de sanções contra o Irã, incluindo resoluções do Conselho de Segurança da ONU e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), além



Foto reprodução

de sanções unilaterais estadunidenses. O texto prevê ainda a liberação de todos os ativos e fundos iranianos congelados e a permissão para que o Irã comercialize seu petróleo e produtos petroquímicos. Juntamente com parceiros regionais, Washington se compromete a elaborar um plano de no mínimo US\$ 300 bilhões para a reconstrução e o desenvolvimento econômico do Irã, com o mecanismo de implementação a ser definido em 60 dias.

A declaração de Trump sobre o fundo, porém, introduz uma ambiguidade que deverá marcar as negociações seguintes. “Não estamos investindo. Não estamos contribuindo com 10 centavos”, afirmou o presidente norte-americano. A frase revela a tentativa de Trump de vender o acordo domesticamente

sem assumir o ônus político de um aporte direto do Tesouro dos EUA, mas não elimina o compromisso formal inscrito no memorando: o fundo existe, seu valor mínimo está fixado, e os mecanismos de financiamento precisarão ser definidos. O governo Trump descreve o acordo como “baseado em desempenho”, o que significa que o Irã só receberá os benefícios previstos se cumprir seus compromissos. ♦

Atualização: Até o fechamento desta reportagem, o memorando de entendimento permanecia em vigor. No entanto, a reunião prevista para sexta-feira (19), em Bürgenstock, na Suíça, entre Estados Unidos, Irã, Paquistão e Catar — que marcaria o início das negociações sobre a implementação do acordo — foi adiada e ainda não teve uma nova data anunciada. O adiamento ocorre em meio à continuidade dos ataques israelenses no Líbano.



Leia+ na REVISTA FÓRUM

▶ [Clique aqui](#) | E leia mais: "**Acordo histórico entre Irã e EUA**":

[+] Repercussão e implicações geopolíticas

[+] Próximos passos e desafios

Forum

outro mundo em debate

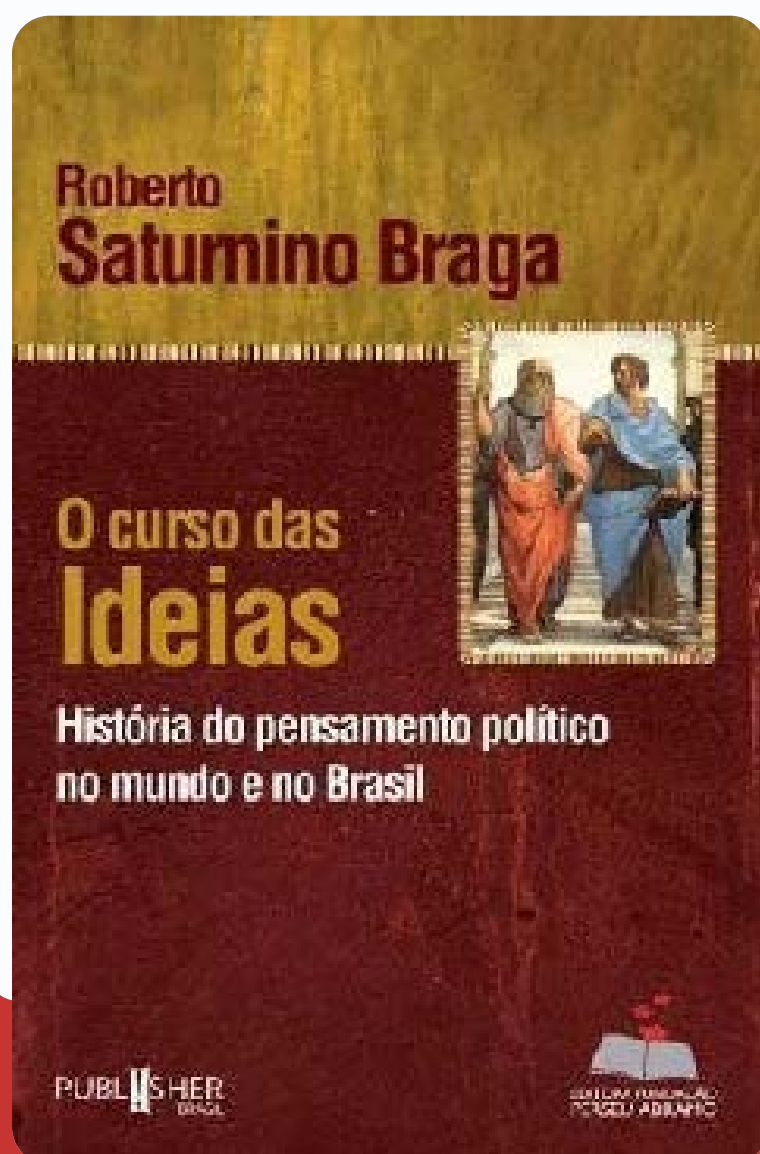
O BRASIL É DOS BRASILEIROS

Compre já o boné dos verdadeiros patriotas!



*imagem meramente ilustrativa

**GANHE
GRÁTIS**



À VENDA NA LOJA DA FÓRUM

**CLIQUE
AQUI**

Yasin Ayari:

autor de dois gols na goleada da Suécia contra a Tunísia por 5 a 1, ele não celebrou por ser filho de um casal originário da Tunísia e do Marrocos



Foto: Fifa

Copa do Mundo

A Copa como disputa de nações acabou

por Luiz Carlos Azenha

Tudo por dinheiro!

Depois que a Argentina conquistou a Copa América, a cantoria dos integrantes da Seleção causou celeuma e foi denunciada como racista.

“Eles jogam pela França, mas seus pais são de Angola. A mãe é de Camarões e o pai, da

Nigéria. Mas o passaporte deles diz francês”, era a letra polêmica entoada pela Seleção de Lionel Messi.

O fato é que, nesta Copa de 2026, cerca de 300 jogadores, ou 25% do total, são “filhos da diáspora”. Nasceram em um país, mas decidiram jogar por outro.

Na quinta-feira, 18, a Suíça goleou a Bósnia e Herzegovina por 4 a 1.

Johan Manzambi, autor de dois gols, é suíço de nascimento. Os pais são de Angola e da República Democrática do Congo. Ele poderia ter atuado por qualquer dos três países.

Nas Copas mais recentes, as seleções da África foram fortemente reforçadas por jogadores nascidos na Europa, filhos de imigrantes, que decidiram jogar pelos países de origem de suas famílias.

A exposição na Copa pode garantir futuros contratos lucrativos.

Recorde é de Curaçao

O brasileiro Maurício, do Palmeiras, autor do único gol do Paraguai contra os Estados Unidos, foi convencido pelo colega Gustavo Gómez a se naturalizar paraguaio.

Só oito das 48 seleções na Copa não contam

com jogadores estrangeiros naturalizados em seus elencos: Brasil, Colômbia, Arábia Saudita, África do Sul, Panamá, Áustria, Tchêquia e Suécia.



Curaçao, por exemplo, é uma seleção em que 25 dos 26 jogadores, dirigidos pelo técnico holandês Dick Advocaat, são estrangeiros naturalizados.

É isso o que explica o fato de que o atacante Yasin Ayari, autor de dois gols na goleada da Suécia contra a Tunísia por 5 a 1, não ter celebrado seus feitos: nascido na Suécia, Yasin é filho de um casal originário da Tunísia e do Marrocos.

Yasin é muçulmano praticante.

Quando os jogadores muçulmanos se ajoelham no gramado, eles não o fazem por acaso: antes, calculam exatamente qual é a direção de Meca, a cidade sagrada do Islã, para agradecer.

A Tunísia, adversária goleada pela Suécia, como se sabe, é um país muçulmano.



Kylian Mbappé:
a grande estrela
da França é filho
de pai camaronês

Foto: Fifa

A força do dinheiro

Kylian Mbappé, a grande estrela da França, é filho de pai camaronês.

Em tese, ele poderia jogar pela Seleção Francesa ou por Camarões.

O pai dele, Wilfrid, tem consciência de como o dinheiro influencia o futebol. Em entrevista, disse:

“ O mundo do futebol hoje gira mais em torno de dinheiro e negócios do que do amor e da emoção pelo jogo. Não é natural que uma criança de 10 anos sonhe em entrar para o futebol apenas para ganhar dinheiro, e um dia um menino me disse que queria ganhar dinheiro como Kylian

Mbappé. Quando minha geração começou no futebol, o amor pela bola e pelo campo era prioridade; o sucesso social e financeiro vinha em segundo plano. Mas hoje as coisas mudaram; até os pais entram em campo com conceitos como contratos e o futuro financeiro de seus filhos em mente desde o início. Essa nova perspectiva mostra que o futebol, antes um símbolo de paixão, emoção e entretenimento, está agora mais do que nunca envolvido nas tentações do dinheiro e da fama.”

A “Copa da Diáspora”, como está sendo chamada, expõe isto: as federações locais, em busca de sucesso lucrativo, oferecem nacionalidade a jogadores com potencial de viralizar.

O conceito de uma disputa entre nações, apesar dos hinos, está superado.◆

The logo for 'Forum' is a white circle containing the word 'Forum' in red.

Leia+ na REVISTA FÓRUM

► [Clique aqui](#) | Acompanhe as principais notícias sobre a Copa do Mundo 2026 no site da revista Fórum.

Copa do Mundo

Quando o Brasil era o país do futebol

por Emir Sader

O FUTEBOL NUNCA DEIXOU DE
DEFINIR NOSSA IDENTIDADE. O QUE
VOCÊ É? PALMEIRENSE. NUNCA
BRASILEIRO OU PAULISTA

Eu sou da primeira geração posterior ao desastre de 16 de julho de 1950. Só ouvimos falar, pelos tios, daquela virada trágica do Uruguai, em um jogo em que bastava empatar para sermos, pela primeira vez, campeões mundiais, em pleno Maracanã, construído para ser o cenário do nosso título. Porém, o Uruguai virou o jogo de 1 a 0 para nós para 2 a 1 para eles.

Não tínhamos ainda a dimensão da tragédia, do choro de milhões de pessoas, no estádio e na saída de lá. Só pelo relato do uruguaio Eduardo Galeano eu soube, contado pelo capitão deles, que ele chorava junto com os brasileiros depois da derrota.

Depois, acompanhei o primeiro Mundial, em 1954, pelo rádio, ligado na rua, nos postes, que também teve sua tragédia: levamos uma lavada do sensacional time da Hungria, que

Maracanazo: Na Copa de 1950, o Brasil precisava só de um empate para ser campeão, mas perdeu de virada, por 2 a 1, para o Uruguai



Foto reprodução

estranhamente acabou sendo derrotado pela Alemanha Ocidental e não foi campeão.

O primeiro visto pela TV já foi o nosso sensacional triunfo de 1958. Começava a era Pelé, a era de vitórias, do bicampeonato. A partir dali passamos a ser o país do futebol. Os outros esportes não existiam para nós.

Passávamos várias horas, todos os dias, jogando futebol na rua. Nenhuma outra brincadeira ou atividade se comparava ao tempo que jogávamos futebol. Íamos à escola, tínhamos que fazer lições de casa todos os dias, mas isso tirávamos de letra, fazíamos rapidamente.

Além de jogar, havia o tempo de ler e ver jogos e comentários no rádio. Além do álbum de figurinhas de futebol, cada página com um time. O futebol era a preocupação, o interesse

que levava mais tempo nas nossas vidas.

A política só veio a partir dos meus 15 anos, com a vitória da Revolução Cubana. Até ali, era futebol e mais futebol.

Mundiais de futebol, Campeonato Paulista, Torneio Rio-São Paulo. Isso era tudo, suficiente para preencher as nossas vidas. Dormir contente se o time ganhava, ir feliz pra escola, ir gozar os adversários. Ou dormir triste e ir acabrunhado pra escola, porque ia ser gozado pelos torcedores do adversário miserável que havia nos derrotado.

O Brasil era o país do futebol, bicampeão mundial. Os outros esportes — basquete, vôlei — não existiam na nossa cabeça, nem na TV ou na conversa com os amigos. O tênis ou alguma variante dele — o tamboréu — existiam no clube Ipê, que frequentávamos.

Mas, mesmo depois, o futebol nunca deixou de definir nossa identidade. O que você é? Palmeirense. Nunca brasileiro ou paulista. Cada amigo vinha com a marca do seu time. O Paulo era palmeirense. O Éder, meu irmão, são-paulino, assim como meus primos.

Meu tio, o pai do Zé Simão, nos levava para ver o São Paulo no Estádio do Pacaembu, para que fôssemos são-paulinos. Mas aí um tio da parte mais pobre da família veio com um chocolate Diamante Negro dizendo que o

A POLÍTICA SÓ VEIO A PARTIR DOS MEUS 15 ANOS, COM A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO CUBANA



Foto reprodução

Oberdan Cattani, goleiro do Palmeiras, tinha mandado, para que eu fosse palmeirense. E foi assim que defini minha escolha pelo Palmeiras, intrinsecamente vinculada a mim desde então e para sempre.

Depois apareceram outros esportes, mais sofisticados, como o tênis, o vôlei e o basquete, que se jogava nos clubes. Quem nasceu para o futebol, que se definiu como palmeirense, corintiano ou são-paulino, sempre manteve essa identidade. Cada amigo tinha, na sua identidade, o time para o qual torcia. O Chico era palmeirense, o Paulo era são-paulino, o Walter era corintiano.

Bom, quando as coisas eram tão simples assim. Quando o Brasil era o país do futebol. ♦

Este artigo não reflete, necessariamente, a opinião da Fórum.



expediente | edição #219

Diretor de Redação

_ Renato Rovai

Editora executiva

_ Dri Delorenzo

Textos desta edição:

_ Renato Rovai
_ Henrique Rodrigues
_ Plínio Teodoro
_ Alice Andersen
_ Júlia Motta
_ Thaís Cremasco
_ Luiz Carlos Azenha
_ Emir Sader

Designer

_ Marcos Guinoza

Revisão

_ Laura Pequeno

Acesse: **revistaforum.com.br**



youtube.com/forumrevista



[@revistaforum](https://twitter.com/revistaforum)



facebook.com/forumrevista



[@revistaforum](https://instagram.com/revistaforum)